

AUTORREPRESENTAÇÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE¹

Jaqueline Torquatro de Oliveira²
Hugo Bernardino Rodrigues³

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o processo construtivo da autorrepresentação de um indivíduo, pautado no conhecimento de si próprio e em sua disposição para estudar a si mesmo. Para tal análise, serão utilizados conceitos explicitados por diversos teóricos que discutem a alteridade, a autorrepresentação, a memória e a identidade. Será abordado como o processo de ocupação territorial da América Latina, a partir da invasão da Espanha e de Portugal no século XV, influenciou a construção da identidade individual e coletiva e como a destruição de artefatos históricos e étnicos, que ocasionou o memoricídio e o etnocídio, contribuiu para a transculturação e a instauração da hegemonia da cultura eurocêntrica no novo continente.

Palavras-chave: Autorrepresentação; Memória; Identidade.

¹ O texto do artigo é original e inédito, entretanto apresenta adaptações de trechos, que foram necessários para complementar a análise do tema estudado, de outros artigos escritos por um dos autores.

² Arquiteta e urbanista, graduanda em Artes Plásticas e mestranda em Artes, todos pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: jaquelinetor4@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2601386393048834> Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3914-1911>

³ Artista plástico pós-graduado pela Universidade Federal do Espírito Santo, atuou no LDI como ilustrador. Desenvolveu pinturas para a capa do álbum *Brasileiro* (2017) do cantor Silva, Já trabalhou desenvolvendo ilustrações de cenários e personagens para o jogo de cartas *Imperium Potens*, também trabalhou como designer na construção de imagens para produtos da empresa de chocolates Garoto, para jogos e aplicativos de *smartphones*. E-mail: hugobernardinoufes@gmail.com Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6934883105393112> Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7329-8118>

SELF-REPRESENTATION, MEMORY AND IDENTITY

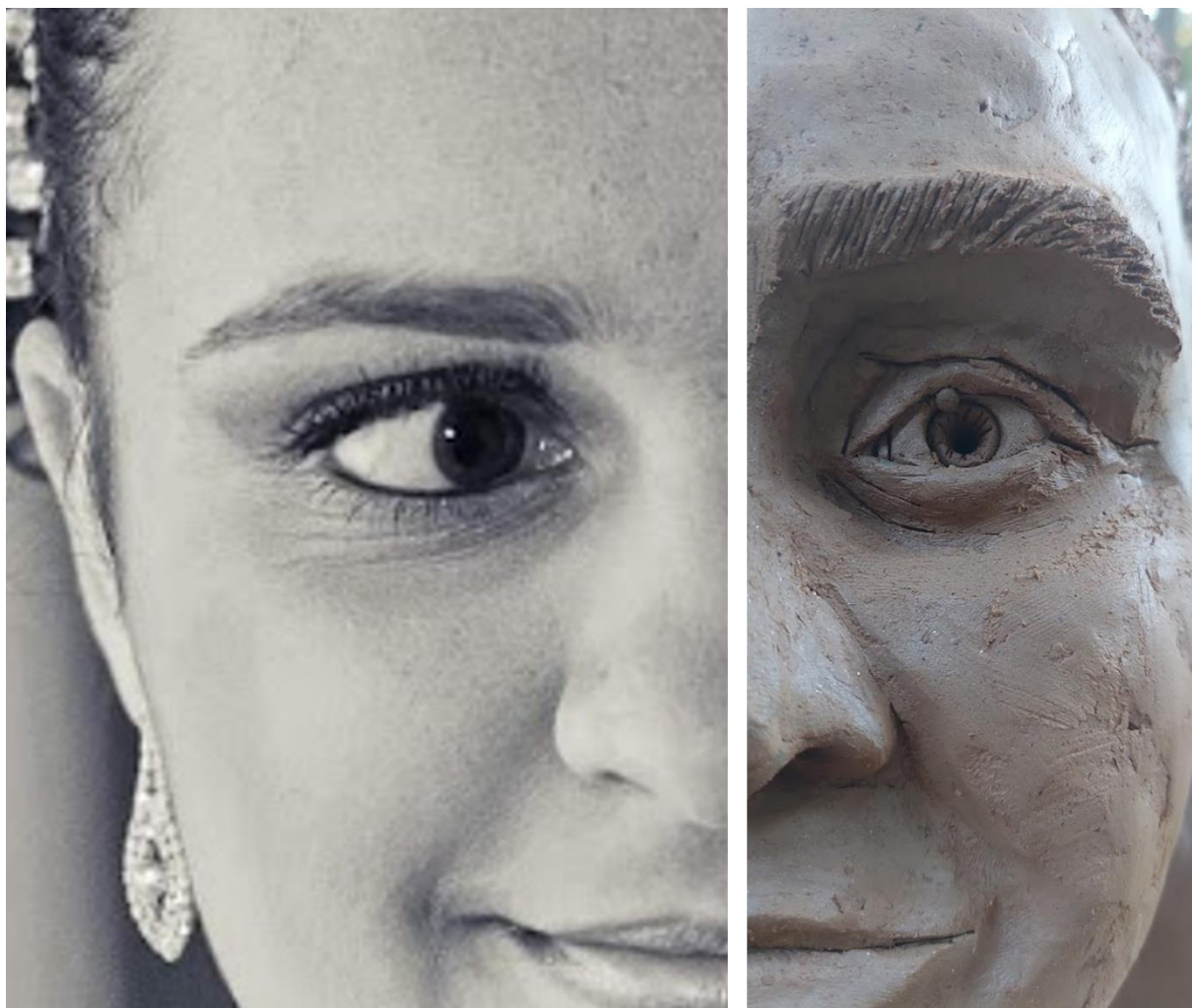
Abstract: This article aims to analyze the constructive process of an individual's self-representation, based on their knowledge of themselves and their willingness to study themselves. For this analysis, concepts explained by various theorists who discuss alterity, self-representation, memory and identity will be used. It will be discussed how the process of territorial occupation of Latin America, following the invasion of Spain and Portugal in the 15th century, influenced the construction of individual and collective identity and how the destruction of historical and ethnic artifacts, which led to memocide and an ethnocide, contributed to the transculturation and establishment of the hegemony of Eurocentric culture on the new continent.

Keywords: Self-representation; Memory; Identity.

Introdução

O referido texto tem como objetivo investigar a autorrepresentação como instrumento de construção da identidade e da memória individual e coletiva, considerando os efeitos históricos do memoricídio e da transculturação na América Latina. Procura-se compreender como a autorrepresentação, enquanto prática artística e narrativa pessoal, pode resgatar e ressignificar memórias silenciadas ao longo do processo colonial, contribuindo para o fortalecimento das raízes culturais dos povos outrora subalternizados. Para isso, a pesquisa investiga as diferentes formas de autorrepresentação — como autorretratos, autobiografias, práticas epistolares e arte/vida —, evidenciando seu papel na preservação da subjetividade e no enfrentamento das narrativas impostas pelo colonizador.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada principalmente em pesquisa bibliográfica e análise documental. O levantamento teórico abrange obras de autores como Michel Foucault (2002), Pierre Bourdieu (2021), Maurice Halbwachs (1990) e Fernando Báez (2010), cujas contribuições são essenciais para compreender o desenvolvimento da subjetividade, da memória coletiva e os impactos da colonização na construção da identidade cultural latino-americana. Além disso, foi desenvolvida uma análise crítica de monumentos e expressões artísticas como lugares de memória, destacando sua função simbólica na preservação das histórias silenciadas. O artigo busca evidenciar a importância da autorrepresentação como instrumento de resistência cultural e reconstrução identitária, destacando o papel da arte na ressignificação da memória coletiva e no fortalecimento das narrativas de grupos historicamente marginalizados.

Autorrepresentação e memória**Figura 1:** representação ilustrativa

Fonte: Acervo pessoal de acervo pessoal Jaqueline Torquatro

A autorrepresentação é fruto da análise feita pelo indivíduo a respeito de si mesmo. É como olhar para um espelho metafórico e se transformar em um objeto de estudo a ser analisado a partir de um olhar carregado da subjetividade do artista. A autorrepresentação é a transformação do indivíduo em objeto de uma pesquisa realizada por ele mesmo, que pode ser feita a partir de um autorretrato (Figura 1), de uma autorreferência, de uma autobiografia, arte/vida e de práticas epistolares, e não depende, necessariamente, de uma imagem antropomórfica, mas de algo que o represente e que qualifique seu modo de viver.

Segundo Foucault (2002, p. 425), “antes do fim do século XVIII, o homem não existia. [...] É uma criatura muito recente, que a demiurgia do saber fabricou com suas mãos há menos de 200 anos”. A autorrepresentação só foi possível a partir do momento em que o ser humano conquistou o direito à privacidade e à individualidade, na primeira fase da modernidade, entre os séculos XIV e XVIII, período que possibilitou a “reordenação simbólica do pessoal” (Cipiunik, 2003). É nessa fase que o ser humano deixa de ser objeto do saber para ser o sujeito do saber e passa a demandar o autoconhecimento para organizar sua subjetividade. A partir do entendimento da sua subjetividade, o sujeito passa a ter a necessidade de guardar suas memórias em diários e outros meios disponíveis, construindo uma história de si. O sujeito moderno passa, então, a ser o sujeito do conhecimento.

A construção da memória de si, apoiada no acúmulo de documentos — imagens e escrita —, na oralidade, em objetos e em artifícios que possibilitem essa construção de uma autorreferência, passa a ser comum, com uma variação de possibilidades, de acordo com as classes sociais que compunham a sociedade, sendo que as classes dominantes, detentoras da imprensa, repassavam sua ideologia e seus valores e acabavam produzindo mais materiais memorialísticos do que as classes dominadas. Além disso, por falta de acesso a essa privacidade recém-descoberta e conquistada e pela dificuldade em realizar a escrita de si, as classes dominadas possuíam menos possibilidades de armazenar suas lembranças e organizar suas memórias. Para Pierre Bourdieu (1930-2002), as classes dominantes falavam sobre a classe dominada, principalmente porque a escrita de si desenvolveu-se primeiramente entre a classe mais abastada. As primeiras escritas de si produzidas pelas classes dominadas eram mais voltadas para a consciência de classe do que para a valorização do eu em si.

Para Maurice Halbwachs (1877-1945), a memória é um produto mais coletivo do que individual, produzido por um grupo de referência onde o sujeito esteve e onde ele estabeleceu uma comunidade com a qual compartilha as mesmas experiências ou modos de pensamento. A memória gerada a partir desse pertencimento nessa comunidade é tida, então, como reconhecimento e reconstrução. Sendo a primeira o resgate de algo que já se viveu, o sentimento de estar vivendo um *déjà vu*, e a reconstrução o resgate de um acontecimento que nunca poderá ser revivido da mesma forma que aconteceu antes. Segundo Schmidt (1993, p. 292-293):

Na memória coletiva o passado é permanentemente reconstruído e vivificado enquanto é ressignificado. Neste sentido, a memória coletiva pode ser entendida como uma forma de história vivente. A memória coletiva vive, sobretudo, na tradição, que é o quadro mais amplo onde seus conteúdos se atualizam e se articulam entre si. A memória coletiva encontra seu lugar na tradição e, ao mesmo tempo, dinamiza as tradições, num processo semelhante ao que foi descrito com relação às lembranças no contexto dos quadros sociais. [...] a memória coletiva apresenta-se como a solução do passado, no atual; apresenta-se como recomposição quase mágica ou terapêutica, como algo que cura as feridas do passado.

A memória do sujeito, segundo Halbwachs, organiza-se em função dos seus laços intersubjetivos com a família, os amigos, a escola, a profissão, ou seja, seus meios sociais. Não podemos separar a nossa história do entorno em que vivemos. A memória coletiva é formada por diversas narrativas que ajudam o indivíduo a construir a história de si.

Memoricídio, transculturação e identidade na América latina

A memória é essencial para a formação da identidade e, por isso, foi bastante atacada durante o processo de colonização da América Latina. Fernando Báez, escritor venezuelano, descreveu em seu livro *A história da destruição cultural da América Latina* (2010) o processo de memoricídio, genocídio e etnocídio instaurado pelos colonizadores europeus desde a chegada dos primeiros exploradores, como forma de enfraquecer os nativos e diminuir o

ímpeto de resistência contra a dominação europeia. Báez descreve diversas situações ocasionadas por espanhóis e portugueses com a finalidade de acabar com a cultura local. Os colonizadores destruíram a arquitetura existente, artefatos religiosos, livros maias e astecas e promoveram um genocídio que reduziu em 95% a população nativa que habitava a América Latina em um período de 130 anos.

A invasão e colonização do solo latino-americano causaram a extinção de várias línguas nativas — mais de mil; a destruição e o saqueamento de diversos monumentos; a sobreposição da arquitetura; a ausência de pinturas, esculturas, danças e cantigas, entre outras perdas incalculáveis. A inserção forçada da cultura importada resultou na perda de cerca de 60% da memória coletiva, através da destruição, saques e depredação de monumentos, livros e diversos outros artefatos que traduziam a cultura e a identidade da população que aqui habitava. A maior parte da arte produzida pelos povos originários, até o século XV, foi destruída e fundida para a retirada do ouro, que seria enviado para a Europa. Segundo Báez (2010, p. 49), “os povos latino-americanos foram transculturados e translinguados”, através da manipulação e eliminação da memória, e a educação formal desenvolvida na América Latina foi moldada para estimular a negação do grande saque sofrido e repudiar a cultura dos povos indígenas.

No Brasil, a evangelização ficou por conta da Companhia de Jesus, fundada em 1540 por Inácio de Loyola (1491-1556), que tinha como meta catequizar os indígenas e convertê-los ao cristianismo. Os jesuítas desembarcaram no Brasil em 1549 e tentaram se espalhar por todas as capitanias. Até 1594, já circulavam 154 jesuítas pelos três colégios existentes. A presença da Companhia de Jesus foi fundamental na formação social brasileira e influenciou a cultura, a religião e a identidade cultural. O primeiro efeito de suas ações foi a perda de diversos idiomas indígenas e a predominância do português como idioma oficial. Os jesuítas foram, entre os diversos religiosos que atuaram na América Latina, como Landa e Zumárraga, os que utilizaram métodos de catequização mais brandos e conseguiram criar diversas comunidades.

A catequização, além da evangelização e conversão ao cristianismo,

visava moldar os costumes dos povos originários, aos quais os europeus julgavam selvagens, bárbaros e desprovidos de inteligência. O ensino era feito pelos religiosos, dentro de centros de doutrinação, e buscava inserir, de forma hegemônica, a cultura europeia, inibindo qualquer forma de cultura divergente a ela. A arte ensinada era moldada nos tratados europeus. No Espírito Santo, diversas escolas foram construídas pelos religiosos que chegaram com a Companhia de Jesus. A Igreja de São Tiago, construída em 1551, atualmente é sede do governo do estado, conhecida como Palácio Anchieta; a Igreja Nossa Senhora da Assunção, localizada na cidade de Anchieta e construída entre 1565 e 1569; bem como a Igreja dos Reis Magos (figura 2), localizada em Nova Almeida, na Serra, construída entre os anos de 1580 e 1615, foram erguidas com o trabalho de indígenas. As duas últimas foram consideradas os polos de catequização mais importantes da época, dentro do território do Espírito Santo.

Figura 2: Igreja dos Reis Magos, em Nova Almeida/Serra-ES. Importante colégio Jesuítico do período do Brasil Colônia



Fonte: Acervo pessoal de acervo pessoal Jaqueline Torquato

Os religiosos que se espalhavam por toda a América Latina utilizavam a arte como instrumento de ensino. Pintura, escultura e cânticos eram utilizados como artifícios para o ensino religioso. Segundo Báez (2010, p. 104), “se sabe que criaram mais de mil esculturas, das quais hoje só restam cerca de duzentas. Da pintura, célebre por telas a óleo, afrescos, tetos, abóbadas e retábulos,

sobrou pouco”. No Brasil, o envolvimento da arte com o ensino religioso se dava, também, através do teatro, chamado de Teatro Jesuítico, onde se destacavam o Padre José de Anchieta (1534-1597) e o Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570), aos quais os pesquisadores atribuem o pioneirismo e uma grande quantidade de peças escritas e encenadas.

Para frei Bernardino de Sahagún (1499-1560), as investidas dos colonizadores e da Igreja contra os povos originários foram tão catastróficas que os aspectos originais dos indígenas foram totalmente apagados. Toda ação dos colonizadores europeus, juntamente com a Igreja Católica — desde a chegada dos evangelizadores à Inquisição e às encomiendas —, contribuiu para a aniquilação de diversas culturas; a queima de diversos livros; a fundição de vários artefatos; a extinção de milhares de idiomas; e o desaparecimento de trajes étnicos, pinturas, representações, instrumentos e canções. Comunidades originárias inteiras foram removidas e realocadas ou até mesmo dizimadas. Por último, a sujeição ao trabalho forçado e o assassinato de todo indivíduo que incitava a resistência contribuíram para o que Báez (2010, p. 84) chamou de “mutilação da memória coletiva”, que “desencadeou a tragédia cultural vivida por milhões de seres humanos durante a conquista.”

Essa mutilação possibilitou a implementação da transculturação na América Latina, que se deu de forma violenta e abrupta. O que sobrou de memória, a partir da chegada dos europeus, foi modificado e manipulado pelos invasores. Por anos, os povos originários foram proibidos de praticar seus rituais e repassar sua cultura e história para seus descendentes. Qualquer vestígio de memória era anulado para que não incitasse a resistência. O apagamento da memória foi um projeto, uma estratégia de guerra que vislumbrou a instalação da hegemonia cultural europeia. Dessa forma, a memória foi, a partir dos eventos da colonização, produzida através de uma narrativa contada pelo dominador.

Qualquer decisão sobre o que se deve recordar é uma forma dominada de saber o que se deve esquecer. Cada sociedade constrói, a partir do trauma ou do entusiasmo, uma imagem parcial de seu passado e bloqueia de modo voluntário ou involuntário suas recordações. (Báez, 2010, p. 297)

O memoricídio praticado na América Latina, a partir do período

colonialista, foi pautado em diversas ações que se baseavam na exploração de recursos naturais, no escravismo, na mestiçagem e na implantação da vergonha étnica, que se deu através do extermínio e da substituição de valores religiosos e culturais. A instalação de universidades nos moldes europeus em países dominados pela Espanha e a proibição da instalação de universidades em solos brasileiros, por parte dos portugueses, que obrigavam os membros da aristocracia a viajarem para Portugal para estudar, serviu para consolidar a transculturação vigente desde o século XVI. Segundo Báez (2010, p. 118), a educação escolástica servia “[...] como mecanismo para apagar a memória do passado latino-americano e para formar uma elite conservadora que aprendeu a estabelecer sua identidade baseada na Contrarreforma.”

A criação e a originalidade nos centros de ensino existentes na América Latina não eram permitidas. O modelo de ensino da arte seguia o que os tratados europeus ordenavam e acompanhava a tendência estética estabelecida pelos cânones. No Brasil, a cultura portuguesa e o cristianismo (Figura 3) dominaram todos os aglomerados urbanos que surgiam, desde os modelos de casas edificadas ao traçado urbanístico, às instalações de equipamentos públicos, à literatura e à arte. A hegemonia cultural portuguesa atuou como um entrave à resistência da cultura indígena, que foi desrespeitada e coibida. A mudança dos monarcas portugueses para a colônia e o fortalecimento dos centros jesuítas de ensino contribuíram para apagar a memória de grupos de africanos escravizados e de diversas etnias indígenas e robustecer uma mestiçagem que favoreceu a formação de uma identidade cultural ocidentalizada.

Figura 3: Monumentos a personagens e elementos ligados ao cristianismo - ressaltando a hegemonização da identidade cultural ocidentalizada



Fonte: artepublicacapixaba.com

O resultado da transculturação e da ocidentalização da identidade cultural foi o apagamento da cultura e das tradições indígenas. Sabemos que a identidade não é fixa; na verdade, é um horizonte que sempre estará ao alcance do olhar, mas que nunca será atingido. Sabemos, também, que nunca recuperaremos o originário, até porque, cada vez que recorremos à memória, evocamos lembranças carregadas de imaginabilidade, numa mistura do real com o ficcional. Ao evocarmos uma memória, sempre estaremos, segundo Maurice Halbwachs (1990), reconstruindo e re combinando fatos, baseados no nosso momento atual. Mas, se a identidade está ligada à história e só pode ser construída a partir de uma narrativa de si mesmo e da própria vida, e essa narrativa sempre vem carregada daquilo que nos lembramos e da interpretação que fazemos sobre ela, a interferência europeia na organização social e a destruição cultural, juntamente com o memoricídio, contribuíram para o apagamento da identidade indígena.

No Brasil, antes da invasão europeia, as memórias eram repassadas principalmente através da oralidade. A partir do momento em que os colonizadores e a Igreja Católica interferem no modo de vida, inserem elementos

europeus no cotidiano dos indígenas, proibem seus cânticos, danças e tudo que fazia parte de sua tradição, promovem a morte não apenas da memória, mas de uma identidade genuína. A identidade formada a partir de então foi pautada na memória que os dominadores disseminaram. E, como dizem, a história sempre é contada pelos vencedores.

Monumentos e memória coletiva

Segundo Aloïs Riegl (1982), filósofo e historicista, “o monumento, em seu sentido mais antigo e primordial, se entende por uma obra realizada pela mão humana e criada com a finalidade específica de manter sempre vivo e presente na consciência das gerações futuras, a lembrança de um ato ou destino” (p. 23). Analisando as palavras de Riegl, podemos dizer que o monumento deveria ser pensado, desde seu processo criativo, como um objeto destinado a guardar e contar a história de determinado tempo, contribuindo com a memorização de fatos específicos.

Na América Latina, diversos monumentos que retratavam a cultura dos povos originários foram destruídos pelos invasores europeus, a fim de enfraquecer a resistência à dominação. Para Báez (2010, p. 297), “numerosas estratégias de manipular, alegrar ou modificar a memória coletiva e implantar uma nova” foram utilizadas pelos europeus, sendo uma delas a “condenação da memória”. O monumento, enquanto lugar de memória, segundo Abreu (2005, p. 60), “deixa de ser uma peça arqueológica para se tornar um feixe de significados e de memórias, que traçam a sua própria vida e ajudam a determinar o seu sentido trans-histórico e metalinguístico”. De forma unânime, ao falarmos de monumentos, falamos de história. Abreu (2005), Riegl (1982) e Báez (2010) trazem em seus textos a relação do monumento com aspectos históricos e culturais e a importância de tais objetos na conservação da memória coletiva. Para Françoise Choay (2011, p. 18), “o monumento muito se assemelha a um universal cultural. Sob múltiplas formas, ele parece presente em todos os continentes e em praticamente todas as sociedades, dotadas ou não de escritas”.

A instalação de uma obra de arte no espaço público precisa passar pela análise da identidade comunitária, formada a partir da organização coletiva das diferenças de seus membros. Ao preparar uma obra para determinado local, deve-se pensar se o projeto poético do objeto condiz com o desejo coletivo da comunidade que habita a região. Não podemos esquecer que outros fatores determinam o aceite de uma obra pela comunidade. Um deles, segundo os autores de *Atenção Arte!* (2018, p. 15), é “o desejo popular de ‘embelezar’ o seu entorno, algo que parece pertencer à natureza humana dos que habitam os centros urbanos”. Podemos dizer que o afeto por um objeto está associado à formação social em que uma comunidade está inserida, somado ao seu senso estético e às memórias pessoais e coletivas.

As memórias, a propósito, são essenciais em um projeto poético de uma obra. Um monumento, como citam os autores de *Atenção Arte!* (2018, p. 29), tem a “tendência de rememoração e capacidade de apelo à afetividade, além de transmitir uma informação”. A importância da manutenção da memória de uma sociedade é destacada por Báez (2010, p. 288), ao afirmar que “um povo sem memória é como um homem amnésico: não sabe o que é nem o que faz e é presa eventual de quem o rodeia. Pode ser manipulado”. Báez continua sua análise sobre memória, complementando: “não há cultura onde não há memória; não há identidade onde não há memória. Por sua vez, não há memória sem identidade (...) a memória traduz os estados sociais da cultura grupal, nacional ou internacional” (*Ibidem*, p. 259). A memória é o alicerce que sustenta o envolvimento afetivo de uma comunidade com uma obra de arte pública. Baseando-me nas palavras de Báez, posso dizer que a memória é um dos pilares da humanidade, que nos torna seres; é o que contribui para a formação do mundo. A preservação de obras públicas e o envolvimento da comunidade com tais objetos são de suma importância para a conservação da história e da memória coletiva que, na América Latina, sofreu bastante interferência a partir da colonização europeia no século XV.

Os autores do livro *Atenção Arte!* (2018) analisam diversos objetos que foram elevados à categoria de monumentos a partir do apelo afetivo da população. Os autores destacam, então, a participação do sujeito que habita a

região onde a obra está inserida e as relações afetivas dos moradores com o objeto, que ativam a memória coletiva.

[...] embora não falem aparentemente de algo ou alguém heroicamente instituído, estão sendo demarcados pelos transeuntes dessas cidades e localidades como possuidores de uma capacidade de impregnar nos moradores uma forte imagem mental capaz de promover sua identificação como algo a ser memorizado e identificado como parte do ambiente que habitam. Ou seja, estão conseguindo uma legitimidade como obra que pertence àquela comunidade ou àquele território. (Cirillo; Gonçalves; Jeronymo, 2018, p. 51)

Figura 4: Fonte do Caju - Santa Cruz/Aracruz-ES



Fonte: Acervo pessoal de acervo pessoal Jaqueline Torquatro

A Fonte do Caju (Figura 4) é um dos exemplares de monumento que surgiu a partir da necessidade de rememorar um fato coletivo. Essa fonte foi construída em uma nascente onde as mulheres da vila se encontravam para lavar roupas. É um resgate de uma memória afetiva. Esse monumento espontâneo é um dos poucos itens localizados no Espírito Santo que retratam

uma figura indígena, pintada por uma mulher branca. Aqui, além de analisar o resgate da memória coletiva, podemos investigar a forma como essa mulher, descendente dos povos originários, foi retratada. A indígena pintada no mural assemelha-se muito mais às pinturas desenvolvidas por Albert Eckhout, que chegou ao Brasil juntamente com a missão holandesa e elaborou alegorias das indígenas domesticadas e selvagens, do que aos ameríndios que aqui habitavam. Ainda carrega estereótipos da mulher desnuda, ingênua, pertencente à mata, que se assusta com a sociedade civilizada, mesmo que essa pintura retrate uma indígena da década de 1970. A identidade indígena encontra-se apagada nessa imagem, dando lugar à memória carregada da narrativa contada pelos colonizadores e imigrantes europeus.

Considerações finais

O resgate da memória e da identidade indígena na cidade de Aracruz está em curso. As aldeias indígenas da cidade promovem educação e resgate cultural por meio de ações como jogos indígenas, eventos culturais e até mesmo através da visita a uma aldeia temática, onde o cacique conversa com os visitantes a respeito de antigas tradições, ativismo político e outros assuntos que buscam desmitificar o conceito, ainda persistente, do indígena selvagem. O hibridismo cultural provavelmente ocorreria. É da humanidade procurar novos lugares e estabelecer relações com outras culturas, mas a forma como a cultura ocidental foi inserida no Brasil e na América Latina foi desleal e abrupta, causando uma ruptura com as culturas locais que jamais serão recuperadas. As ações que promovem o resgate da memória indígena nunca alcançarão uma memória próxima à originalidade, pois essas foram aniquiladas.

Dado o exposto, a autorrepresentação desponta como um exercício de autoconhecimento e construção identitária, possibilitado pelo desenvolvimento da subjetividade humana a partir da modernidade. Entretanto, na América Latina, esse processo foi profundamente afetado pelo memoricídio praticado durante a colonização, resultando no apagamento da memória coletiva e na imposição de

uma identidade moldada no padrão eurocêntrico. Monumentos e registros culturais indígenas foram destruídos ou ressignificados, limitando as possibilidades de reconstrução de uma identidade genuína. Ainda assim, a memória, mesmo fragmentada, permanece como uma ferramenta fundamental no resgate das raízes culturais e para a construção de narrativas próprias, que, ao se reconectarem com o passado, fortalecem a resistência e a afirmação das identidades originárias.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Guilherme. *Arte pública e lugares de memória. On the W@terfront*, p. 48-66, 2005. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4944.pdf>. Acesso: 23/02/2025.

BÁEZ, Fernando. *A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização* / Fernando Báez; Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. Tradução de: El Saqueo cultural de América Latina.

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 2021.

CIPRIANI, Alberto. *A face pintada em pano de linho: moldura simbólica da identidade brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: EDPUCRIO/Edições Loyola, 2003.

CIRILLO, Aparecido José; GONÇALVES, Marcela Belo; JERONYMO, Ciliani Celante Eloi. *Atenção Arte! Imaginabilidade e legibilidade como estratégia de pertencimento da Arte Pública e das intervenções urbanas*. Vitória: Proflex/UFES, 2018. Disponível em: <https://artepublicacapixaba.com.br/wp-content/uploads/2021/09/2018-CIRILLO-GONC%CC%A7ALVES-JERONYMO-%C2%A1ATENC%CC%A7A%CC%83O-ARTE-imaginabilidade-e-legibilidade-como-estrategia-de-pertencimento-da-Arte-Pu%CC%81blic.pdf>. Acesso em: 23/02/2025

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2011.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective. Disponível em: https://www.academia.edu/36730153/A_Memoria_Coletiva_Maurice_Halbwachs.

Acesso em: 23/02/2025

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: **memória coletiva e experiência**. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05/08/2024.

RIEGL, Alois; JUNTA DE ANDALUCÍA, Consejería de Cultura. *Alois Riegl: el culto moderno de los monumentos, su carácter y sus orígenes*. 2007.

Recebido: 11/09/2024

Aceito: 23/01/2025